

idp

idn

MESTRADO PROFISSIONAL

EM ECONOMIA

**GERENCIAMENTO DE RISCOS NOS MAIORES BANCOS
BRASILEIROS E O COMPONENTE ESTRATÉGICO DA
PROVISÃO PARA RISCO DE CRÉDITO**

DANIEL JOSÉ FERRAZ DOS SANTOS

Brasília-DF, 2022

DANIEL JOSÉ FERRAZ DOS SANTOS

**GERENCIAMENTO DE RISCOS NOS MAIORES BANCOS
BRASILEIROS E O COMPONENTE ESTRATÉGICO DA
PROVISÃO PARA RISCO DE CRÉDITO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Economia, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador

Professor Doutor Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Brasília-DF 2022

DANIEL JOSÉ FERRAZ DOS SANTOS

GERENCIAMENTO DE RISCOS NOS MAIORES BANCOS BRASILEIROS E O COMPONENTE ESTRATÉGICO DA PROVISÃO PARA RISCO DE CRÉDITO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Economia, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em 23 / 11 / 2022

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alexandre Xavier Ywata de Carvalho - Orientador

Prof. Dr. Mathias Schneid Tessmann

Profa. Dra. Glicinia Elaine Rosilho Pedroso

S237g Santos, Daniel José Ferraz dos
Gerenciamento de riscos nos maiores bancos brasileiros e o componente
estratégico da provisão para risco de crédito/ Daniel José Ferraz dos
Santos. – Brasília: IDP, 2023.

55 p. : il.
Inclui bibliografia.

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Instituto Brasileiro de
Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP, Curso de Economia, Brasília,
2022.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Xavier Ywata de Carvalho.

1. Gestão de risco. 2. Pandemia. 3. Banco - Economia. 4. Risco de crédito. I.
Título.

CDD 330

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Moreira Alves
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

RESUMO

O presente estudo buscou analisar as estruturas e os processos de gestão de riscos e o comportamento dos principais indicadores relacionados nas maiores instituições financeiras do Brasil, visando avaliar a eficácia do gerenciamento e a resiliência de tais indicadores frente a cenário adverso (COVID-19). A metodologia adotada foi a da pesquisa descritiva com técnicas padronizadas para coleta de dados em fontes públicas, para os procedimentos utilizou-se a pesquisa documental e na abordagem do problema adotou-se os métodos comparativo e estatístico, portanto abordagem quantitativa. Foram analisados os principais riscos incorridos, que guardam relação direta com a atividade bancária, quais sejam, risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, além de uma avaliação sobre o cenário macroeconômico, interno e externo, e sobre o ambiente de riscos. Concluiu-se que os maiores bancos brasileiros estão adequadamente preparados para suportar cenários de maior adversidade, no tocante ao gerenciamento de seus riscos, com seus indicadores se demonstrando resilientes, mesmo em cenário estressado e de maior volatilidade. O estudo realizado é útil para os profissionais do mercado bancário e gestores de riscos.

Palavras-chaves: resiliência; processos; macroeconômico; estabilidade; pandemia.

ABSTRACT

This study sought to analyze the structures and processes of risk management and the behavior of the main related indicators in the largest financial institutions in Brazil, aiming to assess the effectiveness of management and the resilience of such indicators against an adverse scenario (COVID-19). The adopted methodology was the descriptive research with standardized techniques for data collection from public sources, for the procedures it was used the documental research and in the approach of the problem it was adopted the comparative and statistical methods, therefore a quantitative approach. The main risks incurred, which are directly related to the banking activity, were analyzed, namely, credit, market, liquidity and operational risk, in addition to an assessment of the macroeconomic, internal and external scenario, and the risk environment. It was concluded that the largest Brazilian banks are adequately prepared to withstand scenarios of greater adversity, regarding the management of their risks, with their indicators proving to be resilient, even in a stressed and more volatile scenario. The study is useful for banking professionals and risk managers.

Keywords: resilience; law suit; macroeconomic; stability; pandemic.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO9

2. REFERENCIAL TEÓRICO 13

3. METODOLOGIA..... 19

3.1 Pesquisa.....19

3.2 Dados.....20

4. RESULTADOS.....22

4.1 Instituições Financeiras Estudadas..... 22

4.2 Cenário Macroeconômico – Externo 23

4.3 Cenário Macroeconômico – Doméstico24

4.4 Ambiente de Riscos – Setor Bancário 25

4.5 Setor Bancário – Resultados e desafios dos grandes bancos..... 25

4.6 Estrutura e Processos para Gerenciamento de Riscos..... 27

4.7 Risco de Crédito.....30

4.8 Risco de Liquidez.....36

4.9 Risco de Mercado42

4.10 Risco Operacional..... 44

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 47

REFERÊNCIAS..... 50



1

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, frente à necessidade de preservar o sistema financeiro estável e evitar crises sistêmicas, o Banco Central do Brasil (BACEN) vem divulgando uma série de regulamentações que exigem o aperfeiçoamento da indústria financeira quanto aos seus processos e gestão de riscos visando a elevação da capacidade de absorção dos impactos adversos da economia com vistas a reduzir a possibilidade de uma crise local tomar proporções globais (BACEN, 2017).

Parte deste arcabouço regulamentar está na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.557/2017, que recomenda a implementação de estruturas de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital e orienta as instituições financeiras quanto a necessidade da gestão integrada dos riscos, além de destacar a importância de se identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar riscos inerentes ao negócio bancário, tanto em cenários de normalidade quanto em cenários estressados.

O conceito risco possui diversas interpretações, com diferenças sutis entre os significados difundidos, mas sempre convergindo para eventuais impactos, positivos ou negativos, nos resultados ou objetivos de uma organização. Risco pode ser conceituado como o efeito da incerteza nos objetivos (ISO, 2018) e, pelos resultados incertos que pode ocasionar em uma organização, deve ser gerenciado adequadamente, de forma a aprimorar, continuamente, a capacidade de geração de valor de uma empresa (COSO, 2007).

Para Padoveze e Bertolucci (2008), risco pode ser definido como a probabilidade do resultado alcançado ser diferente do resultado esperado, devendo haver um processo sustentável, contínuo e perene de gestão de riscos para criação de valor a uma companhia.

Para o setor financeiro, segundo Crouhy et al. (2001), a identificação e o controle dos riscos devem ser respaldados em políticas, processos, conhecimento e estruturas adequadas para seu efetivo gerenciamento, o que tende a propiciar uma gestão econômica mais sólida e resultados consistentes.

Em cenários de grande volatilidade e incertezas, como o vivenciado no ano de 2020, em decorrência da pandemia do novo

coronavírus (COVID-19), o gerenciamento adequado de riscos se torna ainda mais relevante para resultados consistentes no setor bancário.

Em 2020, os impactos econômicos e sociais se apresentaram em escala mundial, com desaceleração da economia, abalo das cadeias globais de suprimentos, queda das bolsas de valores, cancelamento de eventos, afetando inúmeros setores da economia e provocando a maior retração econômica desde a Grande Depressão (FMI, 2020).

No Brasil, os efeitos foram bastante severos, tanto para a economia, com queda expressiva do Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 2020, retração de 4,1%, quanto para as famílias, com perda de renda e para as empresas, com redução das receitas de maneira abrupta e imprevista, afetando em especial a população de baixa renda e pequenas e médias empresas sem fluxo de caixa suficiente para arcar com as despesas fixas durante o período de inatividade (IBGE, 2021).

A situação no país é ainda mais agravada pelo fato de que 58% dos brasileiros não têm nenhum investimento financeiro para arcar com as despesas em momentos de crise, conforme estudo realizado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA, 2018), além das pequenas e médias empresas – que tendem a ser mais afetadas pelas atuais medidas de contenção do novo coronavírus – trabalhar com fluxo de caixa muito restrito e insuficiente para suportar uma queda brusca na receita pelo tempo de duração da crise.

Medidas de contingência, tais como o auxílio emergencial, programa de manutenção de empregos e créditos subsidiados para as pequenas empresas, foram utilizadas pelo poder público como forma de mitigar os efeitos severos da crise, contudo, são ações paliativas e de curto prazo (BACEN, 2020).

Importante destacar que o presente estudo não pretende comparar a severidade da pandemia na população de baixa renda e nas pequenas empresas (mais vulneráveis) versus os impactos nos indicadores de riscos dos grandes bancos (menos vulneráveis), por não haver base de comparação e por estarem em proporcionalidade bastante distintas e, portanto, o estudo abordará, especificamente, o comportamento dos principais riscos incorridos na atividade do setor bancário.

Para Dermine (2009), diversos são os riscos no setor bancário, e que ainda podem variar conforme as particularidades das estratégias

empresariais de cada instituição. Contudo, para o setor, as principais e mais comuns fontes de riscos são: risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional.

Nesse contexto, para o risco de crédito, foi avaliado o comportamento do indicador de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), para o risco de mercado o comportamento da flutuação dos preços nos negócios bancários, para o risco de liquidez foram avaliados os indicadores de liquidez de curto e de longo prazo e, para o risco operacional, foram avaliadas as estruturas e processos implementados para gerenciamento desse risco.

Por todo o exposto, o objetivo do presente estudo, é analisar as estruturas e os processos de gestão de riscos e o comportamento dos principais indicadores relacionados, das maiores instituições financeiras do Brasil, visando avaliar a eficácia do gerenciamento e a resiliência de tais indicadores frente a cenário adverso, como o vivenciado em 2020, ano esse, impactado severamente pela pandemia global do novo coronavírus (COVID-19).

Os estudos realizados são úteis para os profissionais que atuam no mercado bancário e para os gestores de riscos.

Além dessa introdução, o trabalho possui mais quatro seções onde, na seção dois, trazemos uma breve revisão de literatura relacionada ao tema, na seção três são explicitados o modelo teórico e as características dos dados, a seção quatro apresenta os resultados encontrados e, por fim, a seção cinco conclui.



?

2

REFERENCIAL TEÓRICO

O gerenciamento de riscos, de forma geral, é um processo conduzido em uma organização pelo conselho de administração, diretoria, empregados e dirigentes, sendo aplicado no estabelecimento de estratégias e formulado para identificar, em toda a empresa, eventos em potencial capazes de afetá-la. Deve-se administrar os riscos de modo a mantê-los compatíveis com o perfil de risco da organização. Identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos associados aos processos, rotinas e atividades executadas, são etapas do gerenciamento de riscos de grande relevância para a sustentabilidade dos resultados.

O aumento da competitividade exige das instituições financeiras uma exposição ao risco adequada com os resultados desejados, algo importante para dar segurança aos investidores e subsidiar o processo decisório, tornando o gerenciamento de riscos uma medida efetiva para o alcance das metas estabelecidas e sustentabilidade no longo prazo. E, nesse sentido, a gestão dos riscos visa mitigar ou extinguir os riscos negativos que forem identificados, maximizando os resultados e fortalecendo os processos da empresa (COSO, 2007).

O gerenciamento de riscos é iterativo e visa auxiliar as organizações na formulação de suas estratégias, no alcance dos objetivos e na tomada de decisões, integrando a estrutura de governança das empresas (ISO, 2018).

O gerenciamento de riscos é parte fundamental do planejamento estratégico de uma organização, devendo haver processos contínuos, estruturados, particulares e abrangentes, com envolvimento da alta administração, dos colaboradores em todos os níveis, e partes interessadas (FRAPORTI, 2018). A análise da probabilidade versus impacto de determinado evento é essencial para que as instituições definam e organizem o seu gerenciamento de riscos e as formas de tratamento, visando centrar esforços e recursos na gestão dos riscos que possam causar maior impacto nos objetivos empresariais.

Ainda, segundo Machado, Oliveira e Leite (2021), a gestão de riscos deve estar alinhada com os objetivos estratégicos, pois contribui

para a geração de valor e sustentabilidade de uma instituição financeira, beneficiando acionistas, colaboradores e a sociedade.

Em linha, para Padoveze e Bertolucci (2008), o processo de gestão de riscos é estratégico e deve ser considerado um instrumento de gestão alinhado ao planejamento estratégico da organização, com foco na sustentabilidade e geração de valor para os acionistas. A estratégia de uma empresa decorre de seus objetivos corporativos que, por sua vez, decorre das metas traçadas e do perfil de riscos definido. Se a adoção correta de estratégias pode definir o futuro de uma companhia, o gerenciamento eficaz de riscos significa a possibilidade de se ter um futuro.

Segundo Lima (2018), a análise de riscos pode ser definida como o processo de diagnóstico, cálculo e análise das exposições e riscos inerentes, que possibilita a geração de controles e insumos para a tomada de decisão, sendo uma resposta as incertezas e instabilidades.

Cada organização possui um perfil de riscos, que pode ser utilizado em diferentes perspectivas. O risco pode ser visto como oportunidade, quando está relacionado ao conceito risco e retorno, pode ser visto como perigo, quando está relacionado a eventos potencialmente negativos ou perdas financeiras e, ainda, pode ser visto como incerteza, cujos resultados de um evento são imprevisíveis, podendo ser negativos ou positivos (PADOVESE E BERTOLUCCI, 2008).

Segundo Carvalho (2020), identificar os riscos de forma adequada, permite acompanhamento efetivo, implementação de ações mitigatórias e maior previsibilidade para os negócios, devendo ser analisadas as consequências de uma escolha errada nas decisões tomadas. Em um ambiente competitivo, como o mercado bancário, as novas tecnologias e as soluções inovadoras, tendem a aumentar o risco das instituições financeiras, necessitando da busca constante de equilíbrio entre as práticas inovadoras e o risco agregado.

Os riscos devem ser mensurados de forma integrada, pois pode haver, em muitos casos, correlações entre eles. Vale destacar que uma gestão integrada, pressupõe não apenas o gerenciamento dos riscos próprios, mas também o gerenciamento dos riscos de terceiros, de forma a prevenir eventuais impactos nos negócios ocasionados por falhas ou deficiências nos serviços prestados por parceiros relevantes (TRAPP, 2004).

A gestão integrada de riscos, permite que as instituições financeiras racionalizem a abordagem, medição e controle dos riscos e, propicia uma visão ampla sobre os riscos incorridos e os eventuais impactos que podem ocorrer na rentabilidade dos negócios (CROUHY ET AL., 2001).

Outro ponto relevante do gerenciamento de riscos é a transparência em relação aos riscos incorridos, e não apenas ao regulador, mas também aos colaboradores internos e parceiros externos, como forma de gestão colaborativa, permitindo que todos compreendam os riscos assumidos, dimensionando-os e adequando-os ao perfil de negócios de uma instituição (PELEIAS E MACEDO DA SILVA, 2007).

Segundo Padoveze e Bertolucci (2008), a identificação dos riscos é etapa importante do gerenciamento de riscos, sendo que, para cada risco identificado deve ser feita a análise sobre o potencial impacto e a probabilidade de ocorrência, de forma que sejam elaboradas ações mitigatórias que possibilitem a preservação dos resultados planejados.

Para as instituições financeiras, por atuarem em ambiente instável e de grande volatilidade, a gestão de riscos é essencial e de suma relevância, como um instrumento efetivo para sustentação e alcance dos resultados projetados (SANTOS, 2006).

Para Lemgruber et al. (2001), o risco está presente em qualquer operação do mercado financeiro. A implementação de um processo de gerenciamento de riscos deve ser uma decisão que envolva a alta administração e esteja presente na rotina diária da instituição financeira. Devem ser estabelecidos controles efetivos que garantam a saúde financeira da empresa. Outro fator relevante é a transparência ao processo e o emprego de metodologias eficazes para o monitoramento contínuo dos riscos.

Destaca-se que, para se obter um gerenciamento de riscos eficiente é necessário, em especial, investimento em tecnologia, equipamentos e pessoal qualificado, e o resultado desse investimento é uma instituição financeira segura, conhecedora de seus pontos fortes e fracos relacionados ao risco e retorno de seus investimentos (LEMRUBER ET AL., 2001).

Pode-se ressaltar, ainda, que o risco é elemento fundamental e que influencia diretamente o comportamento financeiro e, por esse aspecto, as decisões devem sempre ser tomadas considerando os

aspectos de risco. Por sua relevância, cada vez mais, as ações de medição, análise e controle dos riscos requerem sofisticadas ferramentas matemáticas e computacionais, com aplicações recorrentes das teorias da probabilidade, da otimização e da estimação, nos modelos e metodologias desenvolvidas para o gerenciamento de riscos (CROUHY ET AL., 2001).

O processo de gestão de riscos requer estrutura adequada e envolve a aplicação sistemática das políticas, procedimentos, controles, tratamento e monitoramento definidos por uma organização, com aplicação personalizada, nos níveis estratégico e operacional (ISO, 2018).

Ainda, Lima (2018), discorre que, nos últimos anos, houve significativa evolução nas técnicas para gerenciamento dos riscos, considerando a introdução de modelos matemáticos e estatísticos e tecnologia para dados, no processo de gestão dos riscos e, destaca que os bancos estão expostos a diversos tipos de riscos, considerando a variedade de produtos e serviços oferecidos aos seus clientes.

Nesse contexto, apesar de inúmeros riscos que incorrem na atividade bancária e as particularidades negociais das instituições financeiras, o presente estudo concentra-se nos riscos principais e comuns do setor, quais sejam: risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional e, buscará avaliar a estrutura e os processos implementados pelos bancos da amostra, para uma gestão de forma eficaz e eficiente esses riscos.

Em que pese sutis diferenças nos conceitos apresentados, todos os autores são unânimes em ressaltar a importância de se ter um gerenciamento de riscos efetivo para o alcance dos objetivos empresariais e, ainda, que a gestão de riscos deve estar integrada com as decisões tomadas em uma empresa.

Outro ponto a se destacar é que a gestão de riscos não deve ser caracterizada como um impeditivo para a realização de negócios e, sim, deve ser entendida como um dos principais instrumentos para a realização de negócios rentáveis e sustentáveis.

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução CMN nº 4.553/2017, estabelece critérios para segmentação das instituições financeiras em cinco segmentos distintos: Segmento 1 (S1), Segmento 2 (S2), Segmento 3 (S3), Segmento 4 (S4) e Segmento 5 (S5).

Os bancos brasileiros, dos segmentos 1 (S1), 2 (S2), 3 (S3) e 4 (S4), por força de regulação, Circular BACEN nº 3.930/2019, devem tornar

pública, por meio de relatório denominado “Relatório de Pilar 3”, informações detalhadas sobre estrutura, processos, exposições e indicadores de gerenciamento de riscos, para cenários de normalidade e para situações estressadas. Esses documentos publicitados, de periodicidade trimestral, são utilizados no presente estudo para obtenção de dados que subsidiam os resultados apresentados sequencialmente.



3

3

METODOLOGIA

3.1 Pesquisa

A pesquisa científica é atividade criadora complexa e tem por finalidade descrever, elucidar, explicar, prever e condicionar os processos de seu âmbito (PEREIRA, 2019).

Ainda segundo Pereira (2019), a metodologia pode ser definida como o emprego do conjunto de métodos, procedimentos e técnicas científicas e tem por finalidade auxiliar na compreensão do processo de investigação e no alcance de objetivos. E o método, segundo o mesmo autor, é o conjunto de técnicas, regras e procedimentos que devem ser adotados na realização de uma pesquisa científica. Dessa forma, a definição do método está relacionada à natureza da pesquisa que será desenvolvida.

Segundo Lakatos e Marconi (2017), os métodos qualitativo e quantitativo são comumente utilizados nas investigações científicas, diferindo, uma da outra, não apenas pela utilização de instrumentos estatísticos, mas, também, na forma como é feita a coleta e análise dos dados. A primeira possui uma abordagem mais aprofundada e detalhada, enquanto a segunda, as amostras são mais amplas, o processo de coleta de dados é sistematizado e objetivo, apresenta resultados mais assertivos, confiáveis e precisos, pela utilização de técnicas e instrumentos estatísticos e matemáticos para tratamento dos dados.

Para Raupp e Beuren (2006), as tipologias de pesquisas podem ser classificadas em três categorias: pesquisa quanto aos objetivos, pesquisa quanto aos procedimentos e pesquisa quanto a abordagem do problema.

Em relação aos objetivos, conforme classificação adotada por Raupp e Beuren (2006), o presente trabalho se utilizou da pesquisa descritiva com técnicas padronizadas para coleta de dados em fontes públicas, buscando identificar relações entre as variáveis estudadas, comparar e explicar os resultados obtidos.

No tocante aos procedimentos, foi utilizada a pesquisa documental, utilizando-se de documentos de segunda mão, obtidos por meio de fontes públicas, tais como demonstrativos financeiros dos bancos, relatórios setoriais e tabelas de dados, extraídos da plataforma Economática®, do Banco Central do Brasil e informações de indicadores macroeconômicos coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação a abordagem do problema, foi utilizado o método comparativo, na análise das estruturas e processos de gerenciamento de riscos adotados pelas instituições financeiras e, ainda, o método estatístico (média, mediana e desvio padrão), portanto, abordagem quantitativa para avaliação dos indicadores de riscos e comparações com indicadores macroeconômicos, quando aplicável.

3.2 Dados

Os dados manuseados foram coletados de fontes públicas. Foram utilizados as demonstrações financeiras e os relatórios de gerenciamento de riscos divulgados pelos bancos, compreendendo o período de 2015 a 2021. Foram utilizados dados e relatórios do Banco Central do Brasil e informações de indicadores macroeconômicos e relatórios do IBGE e, ainda, foram consultadas as regulações vigentes no Brasil aplicáveis ao tema da pesquisa.

A população é composta pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, independente de porte e classificação, e a amostra, onde se concentraram os estudos do presente trabalho, são as 06 (seis) instituições financeiras brasileiras classificadas no Segmento 1 (S1), conforme critérios adotados pelo Banco Central do Brasil. Foi utilizado o Segmento 1 (S1) como amostra, por concentrar os maiores bancos nacionais.

Para fins desse estudo, foram abordadas as fontes de riscos principais e mais comuns ao setor bancário, quais sejam, risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional, que serão conceituados no transcorrer desse trabalho (DERMINE, 2009).



4

4

RESULTADOS

A seguir, apresenta-se os resultados obtidos e as análises efetuadas, abordando os cenários macroeconômicos internacional e nacional, o ambiente de riscos e as perspectivas para o setor bancário, e uma análise das estruturas de gerenciamento e dos principais indicadores de riscos para os bancos estudados.

4.1 Instituições Financeiras Estudadas

Para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial, conforme porte e atividades internacionais das instituições financeiras que integram o Sistema Financeiro Nacional (SFN), o Banco Central do Brasil, por meio da Resolução CMN nº 4.553/2017, estabeleceu a segmentação das instituições em cinco segmentos distintos: Segmento 1 (S1), Segmento 2 (S2), Segmento 3 (S3), Segmento 4 (S4) e Segmento 5 (S5).

O Segmento 1 (S1) engloba as instituições financeiras de maior porte, com faturamento igual ou superior a 10% do Produto Interno Bruto nacional ou que exerçam atividade internacional relevante (ativos no exterior superiores a US\$ 10 bilhões) e, atualmente, conta com 06 instituições integrantes: Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A., Banco Santander do Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., Banco BTG Pactual e Caixa Econômica Federal, conforme informações divulgadas no site do Banco Central do Brasil (BACEN, 2017).

Nesse contexto, o presente estudo aborda os bancos relacionados na Tabela 1, classificados pelo valor da Exposição Total, que corresponde, principalmente, a aplicação de recursos financeiros em bens e direitos registrados no ativo da instituição.

Tabela 1. Instituições Financeiras do Segmento 1 (S1)

Qtde	Instituição Financeira	Exposição Total (R\$ mil)	Ativos no Exterior (R\$ mil)
1	Banco do Brasil S.A.	1.993.635.894	38.084.758
2	Banco Itaú S.A.	1.969.517.470	139.873.290
3	Caixa Econômica Federal	1.588.140.275	-
4	Banco Bradesco S.A.	1.557.582.773	25.053.017
5	Banco Santander do Brasil S.A.	972.995.818	44.910.481
6	Banco BTG Pactual	445.589.123	16.423.639

Fonte: IFDATA BACEN (12/2021)

4.2 Cenário Macroeconômico – Externo

No cenário macroeconômico, os anos de 2020 e 2021 apresentaram-se bastante voláteis, em decorrência dos efeitos severos da pandemia da COVID-19 para as economias em âmbito mundial. Enquanto o ano de 2020 foi marcado por forte deterioração no cenário econômico, o ano de 2021, pós-pandêmico, foi caracterizado por uma robusta recuperação econômica mundial, repercutindo os estímulos fiscais e monetários concedidos e o avanço da implementação dos programas de imunização contra a COVID-19 nas principais economias do mundo (BACEN, 2021).

Nos Estados Unidos foi aprovado, em dezembro de 2020, pacote de incentivos fiscais denominado Consolidated Appropriations Act, com US\$ 886 bilhões em estímulos adicionais, e, em março de 2021, foi aprovado um novo pacote fiscal, denominado American Recovery Plan Act, de US\$ 1,862 trilhão, para oferecer suporte ao mercado de trabalho e acelerar a recuperação da atividade econômica no país (FMI, 2021).

Com os mesmos objetivos, o Conselho Europeu aprovou o Recovery and Resilience Facility, que prevê a liberação de € 672 bilhões até 2026 e o Reino Unido aprovou orçamento para 2021 prevendo novos programas da ordem de £ 59 bilhões, sendo £ 43 bilhões para medidas de suporte ao emprego, isenções fiscais e descontos para empresas e £ 15,7 bilhões para financiar medidas de incentivos à retomada do crescimento (FMI, 2021).

Os estímulos fiscais implementados ao longo do ano de 2020 foram importantes para mitigar os efeitos da pandemia sobre o consumo e o emprego, contudo, a expansão dos gastos fiscais e a queda na arrecadação levaram ao aumento do endividamento público de 84% para 98% do produto agregado global em 2020 (FMI, 2021).

Segundo apresentado no Relatório de Inflação do Banco Central do Brasil (2022), o ano de 2022 vem apresentando diminuição no ritmo de recuperação da economia global, repercutindo os novos surtos de COVID-19 na China e a guerra em território europeu, que pressionam os preços da cadeia de suprimentos, trazendo maior volatilidade e pressões inflacionárias.

Os Bancos Centrais de países desenvolvidos e de países emergentes vem adotando, de forma geral, políticas contracionistas, com objetivo de amenizar os efeitos da pressão inflacionária e diminuir a aversão a risco (BACEN, 2022).

4.3 Cenário Macroeconômico – Doméstico

Em relação à atividade econômica interna, a evolução recente dos indicadores, em particular o resultado do PIB do primeiro trimestre de 2022, crescimento de 1,0% em relação ao último trimestre de 2021, denota o cenário de recuperação gradual da economia, mesmo com a redução nos programas de recomposição de renda (BACEN, 2022).

A projeção para o PIB em 2022 está estimada para 1,7% de crescimento, o que é positivo e reforça o ambiente de recuperação da economia, contudo, ainda existem incertezas sobre outros indicadores econômicos e questões que podem impactar a economia nacional, tais como, a pressão inflacionária, o alto nível de desemprego, o cenário externo e proximidade das eleições nacionais, fatores que tem influenciado em decisões recentes do Comitê de Política Monetária (COPOM), que elevou, em agosto de 2022, a taxa básica de juros da economia para 13,75% ao ano, aumento de 0,50% ao ano, em relação ao patamar anterior (BACEN, 2022).

4.4 Ambiente de Riscos – Setor Bancário

A pressão inflacionária no Brasil, o consequente aumento da taxa interna de juros e o ambiente macroeconômico externo, fizeram com que houvesse a diminuição do ímpeto da recuperação econômica e a desaceleração do crédito, elevando novamente as incertezas e os riscos para o setor bancário no curto prazo.

A combinação de diversos fatores como inflação elevada, aumento dos juros, escassez de insumos e menores subsídios governamentais, devem impactar a qualidade da carteira de créditos dos bancos ao longo de 2022.

Outra consequência pode ser a maior dificuldade e o encarecimento da captação de recursos para as Instituições Financeiras pequenas e médias, que operam alavancadas em crédito de prazos alongados e funding mais curto, com consequente restrição de liquidez, elevando o risco nesta conjuntura mais volátil e incerta (RISKBANK, 2022).

Podem ser considerados como mitigadores de risco o histórico de conservadorismo dos bancos na concessão de crédito, investimentos em tecnologia, ganhos de eficiência com redução de custos, além do recente reforço das provisões prudenciais para cobrir empréstimos classificados como de maior risco, movimento esse observado especialmente entre os maiores bancos à partir do 1º semestre de 2020, logo, depreende-se que os grandes bancos, além de mais diversificados, estão mais líquidos e capitalizados, possuindo mais robustez para enfrentar esse novo ciclo (RISKBANK, 2022).

4.5 Setor Bancário – Resultados e desafios dos grandes bancos

Ao longo de 2020, a rentabilidade do setor bancário foi pressionada, em especial, pelo aumento das despesas com provisões e pela diminuição das receitas de prestação de serviços, refletindo o menor ritmo da economia nacional.

Segundo o Banco Central do Brasil (2021), o lucro líquido consolidado do setor bancário apresentou um recuo de 26% em 2020, quando comparado ao ano de 2019 e, o retorno sobre o patrimônio

acumulado de 12 (doze) meses, Return on Equity (ROE), foi de 11,5% em média, o que é o menor da série histórica mensurado pelo regulador do sistema.

As provisões constituídas para fazer frente a expectativa de perdas com operações de crédito aumentaram em cerca de R\$ 30 bilhões entre os meses de fevereiro e dezembro de 2020, refletindo a preocupação do setor com efeitos da pandemia sobre a renda das pessoas e das empresas (BACEN, 2021).

Contudo, mesmo em meio ao contínuo efeito da pandemia do COVID-19, os maiores bancos brasileiros de capital aberto, BB, Bradesco, Itaú e Santander, apresentaram melhoras significativas em seus resultados no ano de 2021, com receitas consolidadas 76,6% maior comparativamente ao ano anterior (ECONOMÁTICA®, 2022).

O lucro líquido consolidado dos quatro grandes bancos em 2021 foi de R\$ 18,5 trilhões, o que é 35,2% superior ao observado no ano anterior e, no mesmo sentido, o ativo total das instituições financeiras no 4º trimestre de 2021 apresentou um crescimento de 9,1% em relação ao mesmo período de 2020, o que demonstra a robustez dos grandes bancos nacionais (ECONOMÁTICA®, 2022).

Mas, apesar de resultados positivos e consistentes do setor bancário, o aumento da concorrência e as inovações no Sistema Financeiro Nacional, como o Pix (pagamento instantâneo brasileiro) e o Open Banking, que possibilita que os clientes compartilhem suas informações entre diferentes instituições financeiras, trazem desafios e oportunidades para as receitas de serviços nos próximos anos, em especial para os grandes bancos nacionais.

O maior incentivo à competição pode afetar as rendas no curto prazo, por outro lado, abrem-se novas oportunidades para captação e fidelização dos clientes, oportunidades para prestação de novos serviços, para parcerias com fintechs (empresas que introduzem inovações nos mercados financeiros por uso intenso de tecnologia) e instituições de pagamento e de reduções de custos (BACEN, 2021).

Nos últimos anos, o crescimento das despesas administrativas (gastos gerais, tais como despesas com publicidade e propaganda, serviços de terceiros e instalações), tem acompanhado a tendência de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que reflete o controle de custos por parte das Instituições Financeiras. Em 2021, não foi diferente o resultado das estratégias de redução

custos, as despesas aumentaram 5% no período, mas houve efeitos significativos de variação cambial sobre as despesas de agências e subsidiárias de Instituições Financeiras no exterior, em decorrência da desvalorização da moeda nacional, o Real, frente as principais moedas internacionais, o Dólar e o Euro (BACEN, 2022).

4.6 Estrutura e Processos para Gerenciamento de Riscos

Em relação a estrutura para o gerenciamento de riscos, os 06 (seis) bancos que integram a amostra, segundo informações extraídas dos relatórios de riscos, dispõem de equipes dedicadas, recursos, técnicas, reportes periódicos e metodologias desenvolvidas para a gestão contínua dos riscos, descrevendo a forma de atuação em situações de normalidade e em situações adversas, incluindo testagem dos principais indicadores de riscos em cenários estressados.

Outro ponto relevante identificado, que é comum aos bancos da amostra, foi a existência de colegiados ou comitês exclusivos para a gestão de riscos, integrados a estrutura de governança interna das instituições, o que fortalece o processo de gerenciamento e possibilita a cientificação e envolvimento da Alta Administração com a temática.

Ressalta-se que o comprometimento contínuo da Alta Administração com a gestão de riscos, significando, gerando propósito, liderando, integrando, provendo recursos e organizando, é fundamental para o engajamento de todos os colaboradores e partes interessadas, e para o alinhamento da gestão de riscos com o planejamento estratégico, os objetivos empresariais e a cultura da empresa (ISO, 2018).

Como ressaltado, a gestão de riscos é parte integrante do planejamento estratégico das organizações e, portanto, a exposição máxima a riscos deve refletir os objetivos empresariais para obtenção dos resultados esperados e melhorar a capacidade de geração de valor. O valor tende a ser majorado quando se busca o equilíbrio entre assunção de riscos e retorno dos investimentos, ou seja, alinhando o perfil de risco com a estratégia empregada e estabelecendo controles e monitoramento contínuos para que a exposição a risco esteja enquadrada em níveis definidos como aceitáveis (COSO, 2007).

No setor bancário nacional, os níveis aceitáveis de riscos devem ser documentados e apresentados ao regulador em documento

intitulado Declaração de Appetite por Riscos (RAS), com apresentação de, no mínimo, os tipos de riscos e os níveis máximos suportados pela instituição financeira, a capacidade de gerenciar os riscos, os objetivos estratégicos e as condições de competitividade (BACEN, 2017).

Os 06 (seis) bancos da amostra, pesquisados no estudo, possuem documento, denominado Declaração de Appetite por Riscos (RAS), onde correlacionam a estratégia empresarial com os limites de riscos a serem assumidos pela instituição em suas principais linhas de negócio. Referido documento, que é aprovado pelo Conselho de Administração das instituições, serve como balizador negocial e denota o nível máximo de risco suportado.

Outro ponto relevante para o efetivo gerenciamento de riscos, no tocante a atuação preventiva, está na existência de planos documentados para continuidade dos negócios em situações de crise e/ou adversidade, com identificação das atividades críticas e estabelecimento de rotinas de contingência para evitar sua descontinuidade e/ou limitar as perdas decorrentes de eventual interrupção.

Os planos de contingência devem ser elaborados seguindo-se 03 (três) critérios: confiabilidade, disponibilidade operacional e sustentabilidade, sendo sua qualidade e pronta resposta a situações de crise proporcional ao tempo e esforço empregado em sua concepção (ASSI, 2012).

Os 06 (seis) bancos da amostra, pesquisados no estudo, possuem documento publicado, contendo o plano de contingência para situações adversas, que buscam assegurar a continuidade das principais atividades negociais das instituições. Referido documento, segundo informações publicadas e conforme regulação vigente, são aprovados pelo Conselho de Administração das instituições.

Definir claramente os papéis e responsabilidade no gerenciamento de riscos, em todos os níveis das organizações, é uma das premissas para uma gestão efetiva e eficiente. A gestão de riscos deve perpassar por toda a estrutura e por todos os colaboradores, sendo de responsabilidade coletiva, personalizada e preferencialmente integrada nas demais atividades e processos (ISO, 2018).

O gerenciamento de riscos deve ser realizado por todos os membros de uma organização, desde os integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, Auditores Internos, e os demais

funcionários, cada qual com seu papel e responsabilidade definidos dentro da estrutura da empresa e, de forma explícita ou implícita no cargo que ocupa (COSO, 2007).

Nesse contexto, um modelo comumente utilizado pelas instituições financeiras, que surgiu há mais de 20 anos e que estabelece de forma clara papéis e responsabilidades no âmbito da organização é o modelo de atuação em Linhas de Defesa, que consiste no engajamento de todos os níveis, desde as unidades de gestão operacional, enquadradas como 1ª Linha de Defesa, passando pelas unidades especializadas de riscos e controles internos, classificadas como 2ª Linha de Defesa e, por fim, as unidades de auditoria interna, definidas, nesse modelo, como unidades de 3ª Linha de Defesa.

Cada uma das Linhas de Defesa deve possuir procedimentos e políticas adequadas para a gestão de riscos dos seus processos e atividades e/ou das demais atividades da organização, no caso das unidades de 2ª Linha e 3ª Linha de Defesa. Importante que haja uma coordenação das diferentes linhas, de forma a garantir a eficiência e eficácia na adoção do modelo (IAA, 2013). Segundo informações extraídas dos relatórios de gerenciamento de riscos, os 06 (seis) bancos da amostra, pesquisados no estudo, adotam o modelo de 03 (três) Linhas de defesa para a gestão integrada de seus riscos, com atuação segregada e independente, para maximizar a eficiência e eficácia na gestão.

A Tabela 2, a seguir disposta, sintetiza o resultado da pesquisa sobre a existência de instrumentos para gerenciamento dos riscos dos bancos enquadrados no segmento 1 (S1).

Tabela 2. Gerenciamento de Riscos - Instituições Financeiras do Segmento 1 (S1)

Qtde	Instituição Financeira	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
1	Banco do Brasil S.A.	X	X	X	X	X	X
2	Banco Itaú S.A.	X	X	X	X	X	X
3	Caixa Econômica Federal	X	X	X	X	X	X
4	Banco Bradesco S.A.	X	X	X	X	X	X
5	Banco Santander do Brasil S.A.	X	X	X	X	X	X
6	Banco BTG Pactual	X	X	X	X	X	X

Fonte: Resultados originais da pesquisa, 2022

Onde:

- a) Publicação de Política e Relatório de Gestão de Riscos;
- b) Existência de estrutura dedicada para Gerenciamento de Riscos;
- c) Comitês dedicados ao Gerenciamento de Riscos;
- d) Existência de Declaração de Apetite por Riscos;
- e) Existência de Plano de Continuidade de Negócios;
- f) Adoção do modelo de Linhas de Defesa.

Analisando-se os dados coletados e dispostos na Tabela 2, conclui-se que os bancos brasileiros do Segmento 1 (S1) possuem estruturas, processos e instrumentos implementados e, em tese, adequados e personalizados para o gerenciamento de seus riscos, tanto para cenários de normalidade quanto para cenários estressados.

4.7 Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação (CMN, 2017).

As operações de crédito concedidas devem ser classificadas conforme seu nível de risco, entre o primeiro e o terceiro estágios, que é atribuído pelos modelos internos das instituições financeiras, e devem considerar, dentre outros aspectos, a situação econômico-financeira e o grau de endividamento do cliente, as garantias oferecidas, no tocante a suficiência e liquidez e o valor da operação (CMN, 2021).

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) ou Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) deve ser constituída e recalculada pelos bancos com periodicidade mensal, com percentual

sobre o valor da operação variando conforme o nível de risco, sendo o maior percentual de provisão para o pior nível de risco, podendo variar de 0,0% até 100,0% sobre o valor da operação, conforme previsto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.966/2021.

Comumente, em cenários de normalidade do mercado de crédito, um aumento no volume de PCLD está relacionado a deterioração da carteira de crédito, que pode já ter sido capturado pelos sistemas de risco de crédito ou pode estar relacionado a perspectivas futuras da carteira, já que os modelos internos das instituições financeiras se utilizam de cenários retrospectivos e prospectivos para aferição do valor a ser provisionado. Vale registrar que o aumento do volume da carteira de crédito também possui o efeito de aumentar o saldo da PCLD, pela relação direta entre ambos.

Contudo, em cenários estressados, nem sempre pode se observar uma correlação direta entre o movimento do saldo de PCLD com o índice de inadimplência da carteira de crédito, existindo um componente estratégico não explícito, para justificar o aumento ou a diminuição do saldo de PCLD dos bancos.

Tabela 3. PCLD das Instituições Financeiras do Segmento 1 (S1)

Qtde	Instituição Financeira	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Banco do Brasil S.A.	36,070	36,686	34,351	39,800	45,170	47,270
2	Banco Itaú S.A.	37,431	37,309	34,261	39,747	52,158	54,358
3	Caixa Econômica Federal	35,775	37,502	36,990	35,032	34,570	34,230
4	Banco Bradesco S.A.	40,714	36,527	35,084	36,796	45,339	48,939
5	Banco Santander do Brasil S.A.	18,332	17,461	18,789	21,408	25,067	28,140
6	Banco BTG Pactual	0,835	0,871	0,979	1,179	1,882	2,360

Fonte: Resultados originais da pesquisa, 2022

Nota: (em R\$ bilhões)

Os dados apresentados na Tabela 3, expressos em R\$ bilhões, referem-se ao saldo do estoque de PCLD no último trimestre de cada ano, e foram coletados dos relatórios de informações financeiras dos bancos da amostra, disponíveis nos sites das instituições. Pelos resultados coletados e dispostos na Tabela 3, denotou-se que os bancos

que integram o Segmento 1 (S1), com exceção da Caixa Econômica Federal, aumentaram consideravelmente o valor mantido como Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, entre os anos de 2019 e 2021, em especial, por conta de temores associados ao aumento de inadimplência por reflexos da pandemia do novo coronavírus.

De forma crescente, constatou-se que o Banco BTG Pactual aumentou seu volume em PCLD, comparando 2019 com 2021, em 100,2%, o Banco Itaú em 36,8%, o Banco Bradesco em 33,0%, o Banco Santander em 31,4% e o Banco do Brasil em 18,8%. Na contramão dos demais bancos, a Caixa Econômica Federal foi o único dos bancos da amostra que reduziu o volume em PCLD, comparando-se o fechamento de 2019 com o fechamento de 2021.

Em suas informações financeiras publicadas, a CAIXA justifica que o volume de PCLD está adequado ao risco de sua carteira de crédito, que, segundo o banco, é fortemente lastreado em garantias reais, pela predominância do crédito imobiliário em suas operações.

No caso dos demais bancos, as justificativas apresentadas para o aumento no volume de PCLD estão relacionadas as incertezas em relação aos impactos da pandemia do novo coronavírus para o aumento de inadimplência e conseqüentemente para o aumento do risco de crédito das carteiras dos bancos.

Para aprofundar e avaliar o comportamento da PCLD ao longo do ano de 2020, impactado pela pandemia do novo coronavírus, foram coletados os dados trimestrais para o período de dezembro de 2019 a março de 2021 e dispostos na Tabela 4.

Tabela 4. PCLD das Instituições Financeiras do Segmento 1 (S1)

Qtde	Instituição Financeira	Dez 2019	Mar 2020	Jun 2020	Set 2020	Dez 2020	Mar 2021
1	Banco do Brasil S.A.	39,800	42,010	41,677	42,350	45,170	44,677
2	Banco Itaú S.A.	39,747	47,083	49,267	51,140	52,158	51,244
3	Caixa Econômica Federal	35,032	34,807	33,938	34,046	34,570	35,388
4	Banco Bradesco S.A.	36,796	40,466	43,209	44,894	45,339	46,030
5	Banco Santander do Brasil S.A.	21,408	21,703	25,394	25,000	25,067	25,728
6	Banco BTG Pactual	1,179	1,882	1,711	1,774	1,882	1,296

Fonte: Resultados originais da pesquisa, 2022

Nota: (em R\$ bilhões)

Os dados apresentados na Tabela 4, expressos em R\$ bilhões, referem-se ao saldo de PCLD no último trimestre de cada ano, e foram coletados dos relatórios de informações financeiras dos bancos da amostra, disponíveis nos sites das instituições.

O Banco Itaú apresentou movimento crescente de PCLD ao longo do ano de 2020, em todos os trimestres, e iniciou um movimento de redução do saldo no primeiro trimestre de 2021.

Na CAIXA, único banco da amostra onde não foi identificado aumento do saldo da PCLD entre os anos de 2019 e 2021, na observação detalhada dos trimestres, não se identificou oscilações significativas no valor provisionado para o risco de crédito.

O Banco Bradesco apresentou um movimento semelhante ao do Banco Itaú, com aumento crescente no volume de PCLD nos trimestres do ano de 2020, contudo, observou-se novo aumento no primeiro trimestre de 2021.

No Banco do Brasil, ao longo dos trimestres observados, notou-se aumento no volume da PCLD nos trimestres de março, setembro e dezembro, comparativamente aos trimestres anteriores e, uma redução do saldo de PCLD, em volume menor, nos trimestres de junho de 2020 e março de 2021.

Observando-se o movimento do Banco Santander, denotou-se um acréscimo maior no saldo da PCLD no trimestre de junho de 2020, oscilando em volumes menores, para mais ou para menos, nos demais trimestres observados.

No caso do Banco BTG Pactual, um acréscimo expressivo, percentualmente, foi observado no primeiro trimestre de 2020 e, da mesma forma expressiva, foi observada uma redução no volume de PCLD no primeiro trimestre de 2021.

Pelos dados obtidos e observações efetuadas, denotou-se que os bancos possuem metodologias e estratégias distintas para aferição do volume necessário para provisão do risco de crédito, alguns com maior sensibilidade para projeções macroeconômicas futuras e atuação preventiva, outros que adotam estratégias de aguardar eventuais impactos de deterioração da carteira de crédito para constituição da provisão.

Para corroborar com os estudos, as Tabelas 5 e 6, dispostas a seguir, detalham o índice de inadimplência dos bancos da amostra,

obtidos nos relatórios financeiros públicos das referidas instituições. Esclarece-se que o índice de inadimplência é a relação entre as operações vencidas há mais de 90 (noventa) dias e o saldo da carteira de crédito ativa e, quanto menor o indicador, pressupõe-se uma melhor qualidade dos créditos concedidos. Vale destacar que o saldo da carteira ativa corresponde ao somatório do saldo devedor dos contratos de crédito das operações de empréstimos e financiamentos.

Tabela 5. Índice de Inadimplência das Instituições Financeiras do Segmento 1 (S1)

Qtde	Instituição Financeira	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Banco do Brasil S.A.	3,29	3,71	2,53	3,27	1,90	2,17
2	Banco Itaú S.A.	4,21	3,70	3,51	3,35	2,69	2,40
3	Caixa Econômica Federal	2,88	2,25	2,18	2,17	1,73	1,80
4	Banco Bradesco S.A.	5,50	4,70	3,50	3,30	2,20	2,50
5	Banco Santander do Brasil S.A.	3,40	3,70	3,10	2,90	2,10	2,25
6	Banco BTG Pactual	4,19	3,94	1,54	0,05	0,74	0,95

Fonte: Resultados originais da pesquisa, 2022

Nota: (em percentual - %)

Analisando-se os resultados da Tabela 5, comparando-se em especial os anos de 2020 e 2021, com exceção do Banco Itaú, os demais bancos apresentaram movimento crescente no índice de inadimplência da carteira de crédito. Contudo, há de se destacar que, para esses bancos, com exceção do Banco BTG, o índice de inadimplência verificado em 2021 é inferior ao índice de inadimplência verificado em 2019, o que pode ser considerado um resultado positivo para os bancos analisados, pois significa que não houve ou que não foi constatada, no período avaliado, deterioração significativa da qualidade da carteira de crédito ativa.

Registra-se que o índice de inadimplência do Banco BTG apresentou uma oscilação maior ao longo do período avaliado, justificado pela característica da carteira de crédito do banco, que é significativamente menor e, portanto, créditos de maior volume, inadimplidos ou recuperados, produzem um efeito considerável no indicador.

Tabela 6. Índice de Inadimplência das Instituições Financeiras do Segmento 1 (S1)

Qtde	Instituição Financeira	Dez 2019	Mar 2020	Jun 2020	Set 2020	Dez 2020	Mar 2021
1	Banco do Brasil S.A.	3,27	3,17	2,84	2,43	1,90	1,95
2	Banco Itaú S.A.	3,35	3,52	3,21	2,62	2,69	2,69
3	Caixa Econômica Federal	2,17	3,14	2,48	1,87	1,73	2,04
4	Banco Bradesco S.A.	3,30	3,70	3,00	2,30	2,20	2,50
5	Banco Santander do Brasil S.A.	2,90	3,00	2,40	2,10	2,10	2,10
6	Banco BTG Pactual	0,05	1,52	1,45	0,67	0,74	0,34

Fonte: Resultados originais da pesquisa, 2022

Nota: (em percentual - %)

Pela Tabela 6, avaliando-se as informações trimestrais, denotou-se que o Banco Itaú, a Caixa Econômica Federal, o Banco Bradesco, o Banco Santander e o Banco BTG, apresentaram elevação do índice de inadimplência no primeiro trimestre de 2020, contudo, observou-se movimento decrescente já no trimestre seguinte.

O Banco do Brasil apresentou declínio no índice ao longo de 2020 e um ligeiro aumento do indicador no primeiro trimestre de 2021. O movimento do indicador no período avaliado, excetuando o Banco BTG pela característica de sua carteira de crédito, pode ser considerado como positivo para os demais bancos da amostra, pois, mesmo em um cenário adverso como o da pandemia do novo coronavírus, a qualidade da carteira de crédito oscilou positivamente, com melhora do índice de inadimplência dos bancos quando comparado o último trimestre de 2019 com o primeiro trimestre de 2021.

Confrontando o movimento do saldo de PCLD com o índice de inadimplência da carteira de crédito dos bancos da amostra e no período observado, denotou-se que, pela análise, a relação entre ambos não é direta, existindo um componente estratégico não explícito para justificar o aumento ou a diminuição do saldo de PCLD dos bancos, ou seja, as despesas com provisão tendem a ser utilizadas pelos bancos para gerenciar seus resultados.

Dentre os principais riscos do setor, o risco de crédito tem sido o de maior impacto no resultado financeiro de uma instituição financeira,

com viés positivo ou negativo, dependendo do período e das estratégias adotadas pelas instituições financeiras.

Vale destacar que, ao longo do ano de 2020, o volume de operações repactuadas ou renegociadas foi de cerca de um terço da carteira de crédito total no Sistema Financeiro Nacional, o que, à época, sugeria a possibilidade de perdas relevantes para os bancos, considerando o cenário de perda de poder aquisitivo de grande parte da população e o fechamento de inúmeras empresas.

Contudo, os números atuais denotam que a expectativa de as operações de crédito repactuadas gerarem perdas relevantes para as instituições financeiras se reduziu. Cerca de 84% das operações repactuadas ou renegociadas saíram do período de carência, e 52% já se encontravam em fluxo normal de pagamento para a posição de março de 2021.

As operações repactuadas têm apresentado qualidade de crédito superior ao inicialmente esperado e, portanto, não aumentaram o nível de risco de crédito da carteira como um todo, possibilitando que os bancos, no primeiro trimestre de 2021, fizessem um movimento de redução dos valores provisionados para perdas (BACEN, 2021).

4.8 Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é a possibilidade de não se conseguir honrar eficientemente as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar as operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e, também, de não conseguirem negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado (CMN, 2017).

Para o setor bancário, em especial para os bancos enquadrados no segmento 1 (S1), existem dois indicadores principais que devem ser continuamente monitorados e reportados ao regulador, visando garantir a solvência das instituições e, em consequência, preservar a solvência do Sistema Financeira Nacional.

Risco de Liquidez – Curto Prazo:

O Liquidity Coverage Ratio (LCR) é o indicador que mensura a liquidez de curto prazo, e tem por objetivo identificar o montante de ativos livres considerados como de alta liquidez versus o montante necessário para suprir as saídas de caixa projetadas em um horizonte de 30 (trinta) dias em cenário de estresse padronizado (BACEN, 2015).

$$LCR = \frac{HQLA}{\Sigma \text{Saídas} - \text{mín} (\Sigma \text{Entradas}; 75\% \Sigma \text{Saídas})}$$

Conforme estabelecido na Circular BACEN nº 3.749/2015: a) HQLA – High Quality Liquid Assets – Ativos de Alta Liquidez = ativos que podem ser rapidamente monetizados com pouca ou nenhuma perda de valor, mesmo em cenários estressados (livres de bloqueio, apreçamento fácil e certo e baixo risco); b) Saídas = total de saídas de caixa previstas em um horizonte de 30 (trinta) dias para um cenário padrão de estresse; c) Entradas = total de entradas de caixa previstas em um horizonte de 30 (trinta) dias para um cenário padrão de estresse.

Em resumo, o LCR corresponde à razão entre o estoque de ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) e o total das saídas líquidas de caixa (saídas líquidas de caixa = saídas de caixa – entradas de caixa, sendo as entradas de caixa limitadas a 75% das saídas de caixa), para um período de 30 (trinta) dias e, quanto maior o percentual do indicador, maior é a liquidez de curto prazo da instituição financeira, o que pode ser considerado positivo.

O indicador LCR, que entrou em vigor em 2015, é de cumprimento obrigatório para as instituições financeiras enquadradas no segmento 1 (S1), conforme previsto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.553/ 2017, com requerimento mínimo de 100%.

Para fins de análise do comportamento do indicador LCR, foram extraídos os dados dos bancos selecionados na amostra, conforme disposto na Tabela 7 a seguir:

Tabela 7. LCR das Instituições Financeiras do Segmento 1 (S1)

Qtde	Instituição Financeira	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Banco do Brasil S.A.	350,5%	234,5%	242,5%	337,1%	314,4%	228,9%
2	Banco Itaú S.A.	212,8%	190,2%	171,7%	149,1%	194,6%	159,1%
3	Caixa Econômica Federal	237,4%	269,0%	320,3%	391,2%	370,9%	245,3%
4	Banco Bradesco S.A.	181,8%	156,2%	171,8%	143,8%	178,4%	138,1%
5	Banco Santander do Brasil S.A.	174,0%	123,0%	146,6%	126,7%	170,7%	148,5%
6	Banco BTG Pactual	148,0%	146,0%	205,0%	233,0%	273,0%	183,0%

Fonte: Resultados Originais da Pesquisa, 2022

Os dados apresentados na Tabela 7, expressos em percentual, referem-se ao último trimestre de cada ano, e foram coletados dos relatórios de gerenciamento de riscos dos bancos da amostra, disponíveis nos sites das instituições. Considerando a vigência do indicador LCR, outubro de 2015, os dados disponibilizados pelas instituições financeiras iniciam-se no ano de 2016.

Para os bancos da amostra os ativos de alta liquidez (HQLA) são majoritariamente compostos por títulos públicos federais brasileiros e pelo retorno de reservas compulsórias recolhidas junto ao Banco Central do Brasil. As saídas, para os grandes bancos de varejo, são compostas, em sua maioria, por perda de depósitos (poupança e conta corrente) e, as entradas, principalmente por operações de crédito (empréstimos e financiamento).

Pelos resultados coletados e dispostos na Tabela 7, denotou-se que os bancos que integram o Segmento 1 (S1) mantiveram o indicador LCR acima do mínimo requerido, que é de 100%, ao longo de todo o período avaliado, sinalizando suficiência de liquidez no curto prazo. Considerando a média do LCR para os 06 (seis) bancos da amostra no período pandêmico, o resultado de 2020, de 250,3% é superior ao resultado observado em 2019, de 230,2%. A mediana do indicador para 2020 é de 233,8%, também superior à de 2019, que foi de 191,1%. Dentre as razões para a melhora do indicador, quando comparados os períodos de 2019 com 2020, podem ser destacadas, especialmente, as medidas de aumento de liquidez divulgadas pelo regulador para combater os efeitos da pandemia. Os números de 2021, com o fim das medidas do

regulador, são menores, com média de 183,8% e mediana de 171,1%, contudo, ainda acima do mínimo requerido para o indicador.

Risco de Liquidez – Longo Prazo:

O Net Stable Funding Ratio (NSFR) é o indicador que mensura a liquidez de longo prazo, como objetivo de identificar se o total de recurso estáveis disponíveis é suficiente para suportar o total de recursos estáveis requeridos em um horizonte de 01 (um) ano, ou seja, busca verificar se a instituição financeira possui fonte de financiamento estável para sustentar seus ativos (BACEN, 2017).

$$\text{NSFR} = \frac{\text{Recursos Estáveis Disponíveis}}{\text{Recursos Estáveis Requeridos}}$$

Conforme estabelecido na Circular BACEN nº 3.869/2017: a) Recursos Estáveis Disponíveis = somatório dos saldos dos produtos registrados no passivo e no patrimônio líquido das instituições, pelos respectivos fatores de ponderação, que diferem conforme característica e prazo de vencimento do instrumento financeiro; b) Recursos Estáveis Requeridos = somatório dos saldos dos produtos registrados no ativo e as exposições não contabilizadas no balanço patrimonial das instituições, pelos respectivos fatores de ponderação, que diferem conforme característica e prazo de vencimento do instrumento financeiro.

O indicador NSFR, que entrou em vigor em 2018, é de cumprimento obrigatório para as instituições financeiras enquadradas no segmento 1 (S1), conforme previsto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.553/2017, com mínimo regulamentar de 100%.

Tabela 8. NSFR das Instituições Financeiras do Segmento 1 (S1)

Qtde.	Instituição Financeira	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Banco do Brasil S.A.	-	-	113,2%	116,2%	123,2%	114,4%
2	Banco Itaú S.A.	-	-	127,7%	122,2%	126,0%	121,1%
3	Caixa Econômica Federal	-	-	124,6%	144,0%	135,5%	131,3%
4	Banco Bradesco S.A.	-	-	126,1%	115,2%	120,1%	117,1%
5	Banco Santander do Brasil S.A.	-	-	117,3%	112,3%	114,1%	111,7%
6	Banco BTG Pactual	-	-	107,7%	110,7%	100,9%	108,7%

Fonte: Resultados originais da pesquisa, 2022

Os dados apresentados na Tabela 8, expressos em percentual, referem-se ao último trimestre de cada ano, e foram coletados dos relatórios de gerenciamento de riscos dos bancos da amostra, disponíveis nos sites das instituições. Considerando a vigência do indicador NSFR os dados disponibilizados pelas instituições financeiras iniciam-se no ano de 2018.

Os recursos estáveis disponíveis são compostos, principalmente, de depósitos de clientes, captações e patrimônio líquido e os recursos estáveis requeridos são as operações de crédito, compulsório, ativo permanente, dentre outros. A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil S/A possuem uma parcela significativa dos recursos estáveis disponíveis composta por depósitos judiciais.

Pelos resultados coletados e dispostos na Tabela 8, denotou-se que os bancos que integram o Segmento 1 (S1) mantiveram o indicador NSFR acima do mínimo requerido, que é de 100%, ao longo de todo o período avaliado, sinalizando suficiência de liquidez no longo prazo. Considerando a média do NSFR para os 06 (seis) bancos da amostra no período pandêmico, o resultado de 2020, de 119,9% é ligeiramente inferior ao resultado observado em 2019, de 120,1%. A mediana do indicador para 2020 é de 121,6%, superior à de 2020, que foi de 115,7%. Em 2021, a média do indicador ficou em 117,4% e a mediana 115,7%.

Analisando-se os dados coletados das Tabelas 7 e 8, conclui-se que os grandes bancos brasileiros do Segmento 1 (S1) estão, atualmente, em situação confortável de liquidez, o que permite, a depender da estratégia empresarial de cada um deles, manter suas operações financeiras e as concessões de crédito. Os indicadores de

curto e de longo prazo se apresentam resilientes ao longo dos 05 (cinco) anos avaliados e, mesmo em cenário adverso, como no caso da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), mantiveram-se acima do mínimo requerido para todos os bancos.

Ainda, de forma a aprofundar e avaliar eventuais impactos e oscilações nos indicadores LCR e NSFR ao longo do ano de 2020, impactado pela pandemia, foram coletados os dados trimestrais para o período de dezembro de 2019 a março de 2021 e dispostos nas Tabelas 9 e 10.

Tabela 9. LCR 2020/2021 - Instituições Financeiras do Segmento 1 (S1)

Qtde	Instituição Financeira	Dez 2019	Mar 2020	Jun 2020	Set 2020	Dez 2020	Mar 2021
1	Banco do Brasil S.A.	337,1%	297,6%	338,1%	353,6%	314,4%	314,7%
2	Banco Itaú S.A.	149,1%	165,5%	179,1%	195,0%	194,6%	191,0%
3	Caixa Econômica Federal	391,2%	399,3%	404,0%	391,0%	370,9%	336,1%
4	Banco Bradesco S.A.	143,8%	141,6%	170,1%	184,6%	178,4%	162,9%
5	Banco Santander do Brasil S.A.	126,7%	130,8%	158,3%	170,8%	170,7%	170,9%
6	Banco BTG Pactual	233,0%	185,0%	154,0%	140,0%	273,0%	238,0%
	Média	230,2%	220,0%	233,9%	239,2%	250,3%	235,6%
	Mediana	191,1%	175,3%	174,6%	189,8%	233,8%	214,5%
	Desvio Padrão	1,11	1,06	1,09	1,05	0,82	0,75

Fonte: Resultados Originais da Pesquisa, 2022

Conforme os dados da Tabela 9, o indicador LCR apresentou-se resiliente ao longo do período analisado, sempre acima do mínimo requerido, sendo que o menor valor observado para a média da amostra foi em março de 2020 com 220,0% e o menor valor observado para a mediana da amostra foi em junho de 2020 com resultado de 174,6%.

Tabela 10. NSFR 2020/2021 - Instituições Financeiras do Segmento 1 (S1)

Qtde	Instituição Financeira	Dez 2019	Mar 2020	Jun 2020	Set 2020	Dez 2020	Mar 2021
1	Banco do Brasil S.A.	116,2%	113,3%	116,6%	119,3%	123,2%	117,9%
2	Banco Itaú S.A.	122,2%	116,8%	122,5%	123,6%	126,0%	125,0%
3	Caixa Econômica Federal	144,0%	143,3%	137,4%	133,1%	135,5%	134,9%
4	Banco Bradesco S.A.	115,2%	110,7%	120,6%	120,9%	120,1%	114,8%
5	Banco Santander do Brasil S.A.	112,3%	105,0%	111,3%	110,5%	114,1%	110,2%
6	Banco BTG Pactual	110,7%	108,1%	104,8%	108,2%	100,9%	102,9%
	Média	120,1%	116,2%	118,9%	119,3%	120,0%	117,6%
	Mediana	115,7%	112,0%	118,6%	120,1%	121,7%	116,4%
	Desvio Padrão	0,12	0,14	0,11	0,09	0,12	0,11

Fonte: Resultados originais da pesquisa, 2022

Conforme os dados da Tabela 10, o indicador NSFR apresentou-se resiliente ao longo do período analisado, sempre acima do mínimo requerido, sendo que o menor valor observado para a média da amostra foi em março de 2020 com 116,2% e o menor valor observado para a mediana da amostra foi em março de 2020 com 112,0%.

Analisando-se os dados coletados das Tabelas 9 e 10, conclui-se que os grandes bancos brasileiros do Segmento 1 (S1), ao longo dos trimestres de dezembro de 2019 a março de 2021, mantiveram os indicadores de liquidez de curto e de longo prazo acima do mínimo requerido, denotando a resiliência dos mesmos à cenários adversos.

4.9 Risco de Mercado

Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, ou seja, o risco de oscilações nas taxas de juros impactarem, positivamente ou negativamente, nos resultados das instituições financeiras (CMN, 2017).

Segundo Dermine (2009), o risco de mercado pode ser caracterizado pela perda de receita resultante de movimentações

desfavoráveis nas taxas de juros, nas taxas de câmbio e nos preços de valores mobiliários e das commodities, devendo, no caso de instituições financeiras, diferenciar-se o risco de taxa de juros entre a carteira negociável e a carteira não negociável (carteira bancária), considerando as diferenças na precificação dos ativos que compõe referidas carteiras.

Para o setor bancário, a carteira de negociação (trading book) comporta as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação, enquanto a carteira bancária (banking book) comporta as operações provenientes do negócio bancário, tais como empréstimos ou depósitos, e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

Conforme análise nos documentos públicos disponibilizados pelos bancos, as 06 (seis) instituições financeiras da amostra, possuem equipe técnica dedicada e especializada para o gerenciamento do risco de mercado e se utilizam de instrumentos semelhantes para sua gestão, com variações na metodologia interna e nos limites de riscos conforme estratégias empresariais.

Os bancos da amostra, de forma comum, se utilizam da metodologia Value At Risk – VaR, ou Valor em Risco, que estabelece a perda máxima esperada para um intervalo de confiança atribuído e um horizonte de tempo definido. O VaR, por meio da utilização de dados históricos, busca identificar qual poderá ser, no futuro, a perda potencial de valor, sendo considerada uma metodologia simples e de fácil entendimento, mas de grande importância e de ampla utilização no gerenciamento do risco de mercado (GIAMBIAGI, 2017).

Além do VaR, também instrumento comum para os bancos da amostra, está a utilização de testes de estresse, com objetivo de avaliar o comportamento dos indicadores de risco de mercado em cenários adversos simulados, podendo ser prospectivos e históricos, padronizados pelo regulador ou por meio de metodologias estatísticas próprias das instituições. Os testes de estresse consistem, basicamente, na avaliação dos riscos em cenários projetados de situações relevantes e extremas, sendo uma metodologia integrada a utilização do VaR para o gerenciamento do risco de mercado (GIAMBIAGI, 2017).

Combinado a esses dois instrumentos, o VaR e o teste de estresse, os bancos da amostra, em processo contínuo de monitoramento, utilizam-se de controle de perdas, chamados de Stop

Loss, que são níveis máximos de perdas, limites, que, uma vez ultrapassados ou próximos de ser ultrapassados, são alertadas às instâncias de governança das instituições para avaliação tempestiva e tomada de decisão, podendo, a depender da severidade e do perfil de riscos da instituição, ocasionar a suspensão temporária das operações.

Segundo Giambiagi (2017), a utilização de metodologias combinadas para a gestão de riscos garante confiabilidade e abrangência nos testes realizados e estão em linha com as melhores práticas de mercado. Nesse contexto, denota-se que os 06 (seis) bancos da amostra utilizam a combinação das metodologias VaR, teste de estresse e Stop Loss na gestão do risco de mercado.

4.10 Risco Operacional

O Risco Operacional pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, incluído nesta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição (CMN, 2017).

Os fatores do Risco Operacional, que podem ser internos e externos, são caracterizados conforme exposto a seguir (COSO, 2007):

- Fatores Internos: Processos (modificações de processos sem alteração adequada em protocolos administrativos, erros de execução, supervisão inadequada), pessoas (falhas, deficiências ou inadequações no desempenho das atribuições pelos empregados e colaboradores, envolvendo os aspectos referentes à acidentes de trabalho, atividades fraudulentas, desvios de conduta), tecnologia (falhas, deficiências ou inadequações nos sistemas, violações de segurança, paralisação imprevista, indisponibilidade), infraestrutura (disponibilidade e capacidade).
- Fatores Externos: Eventos externos que podem afetar no cumprimento dos objetivos empresariais, tais como: mudança de governo, condições climáticas adversas, mudanças em

legislações, meio ambiente, aspectos econômicos e sociais, dentre outros.

No setor bancário são utilizados, comumente, metodologias internas para mensuração do risco operacional das operações e negócios, baseados em duas variáveis principais: probabilidade e impacto das perdas. Probabilidade está correlacionada a quantidade de eventos de perdas operacionais identificados e o impacto é o valor das perdas operacionais, habitualmente expresso em moeda corrente. Pela característica das operações bancárias, na maioria dos casos, o volume de incidentes de perdas operacionais é alto, contudo, os valores são baixos. Os incidentes de perdas operacionais de grandes valores são de volume mais baixo (DERMINE, 2009).

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.557/2017, as instituições financeiras devem possuir políticas, controles, processos, sistemas, estrutura e recursos para o gerenciamento do risco operacional, que sejam compatíveis com o porte e com as atividades executadas pelo banco. Ainda, devem constituir base de dados com valores das perdas operacionais, provisões e despesas relacionadas a cada evento identificado. Deve ser realizado, de forma periódica, avaliação da exposição a perdas, em cenários de normalidade e de estresse, correlacionando a perda máxima com o perfil de riscos da instituição.

Para a amostra estudada, conforme informações extraídas dos relatórios de gerenciamento de riscos das instituições, os bancos atendem, integralmente, os itens previstos na regulação nacional vigente, documentando, em capítulo específico do relatório, as políticas, controles, processos, sistemas, estrutura e recursos utilizados no gerenciamento do risco operacional.



5

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos estudos realizados, constatou-se que os bancos nacionais classificados no Segmento 1 (S1), objetos da amostra, possuem estrutura, processos e metodologias que possibilitam, de forma adequada e personalizada, o gerenciamento de seus principais riscos, o monitoramento de suas exposições e o acompanhamento de seus indicadores e limites de riscos, tanto em situações de normalidade, quanto também, em cenários estressados, alinhados as definições estratégicas de cada instituição.

Foram avaliados os instrumentos utilizados pelas instituições financeiras para o gerenciamento dos principais riscos do setor, quais sejam, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional, analisando-se o comportamento dos principais indicadores correlacionados, para o período de dezembro de 2015 até o quarto trimestre de 2021, com atenção detida ao período de dezembro de 2019 ao primeiro trimestre de 2021, para avaliar eventuais impactos em cenário estressado, ocasionado pela pandemia do novo coronavírus.

No tocante ao risco de crédito, denotou-se que os bancos da amostra possuem estruturas e metodologias adequadas para o gerenciamento desse risco, contudo, as estratégias utilizadas são distintas, alinhadas com as particularidades de cada instituição. Para todos os bancos, o saldo de provisão se apresentou adequado ao nível de risco da carteira de crédito, conforme regulação vigente e, os indicadores de inadimplência não demonstraram deterioração significativa da qualidade da carteira de crédito. Em relação ao risco de liquidez, os indicadores de liquidez para o curto e para o longo prazo apresentaram-se resilientes, mantendo-se, em todo o período considerado nos estudos, acima do patamar regulatório exigido.

Da mesma forma, os indicadores de risco de mercado, em todo o período avaliado, apresentaram-se resilientes, denotando o adequado gerenciamento e controle desse risco. Em relação ao risco operacional, as instituições possuem equipe técnica dedicada e especializada para gestão desse risco, estando em conformidade com as exigências regulatórias. Portanto, conclui-se que os bancos da amostra estão adequadamente preparados para gerenciamento de seus riscos, tanto em cenários de normalidade quanto em cenários estressados, como o

vivenciado ao longo do ano de 2020, e os indicadores de riscos se demonstraram resilientes em todo o período analisado.

Os estudos realizados são úteis para os profissionais que atuam no mercado bancário e para os gestores de riscos.

Sugere-se, como pesquisas futuras, a análise sobre modelos estatísticos utilizados pelas instituições financeiras, para mensuração do valor a ser provisionado para o risco de crédito, considerando a possível utilização das despesas com PCLD para fins de gerenciamento de resultados por parte dos bancos.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ASSI, M. 2012. Gestão de Riscos com Controles Internos: Ferramentas, Certificações e Métodos para Garantir a Eficiência dos Negócios. 1ed. Saint Paul Editora, São Paulo, SP, Brasil.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIROS E DE CAPITAIS [ANBIMA]. 2018. Raio X do Investidor Brasileiro. Disponível em: <<https://www.anbima.com.br/>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS [ABNT]. 2018. ABNT NBR ISO 31000:2018 – Gestão de Riscos – Diretrizes. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

BANCO BRADESCO S/A [BRADESCO]. 2022. Gerenciamento de Riscos. Disponível em: <<https://www.bradesco.com.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

BANCO DO BRASIL S/A [BB]. 2022. Gerenciamento de Riscos. Disponível em: <<https://ri.bb.com.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

BANCO BTG PACTUAL [BTG]. 2022. Gerenciamento de Riscos. Disponível em: <<https://ri.btgpactual.com/>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL [BACEN]. 2015. Circular BACEN 3.749 de 05 de março de 2015. Dispõe sobre a metodologia de cálculo do indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR) e dispõe sobre a divulgação de informações relativas ao LCR. Diário Oficial da União. Brasília, 09 mar. 2015. Seção 1, p. 21-27.

BANCO CENTRAL DO BRASIL [BACEN]. 2017. Circular BACEN 3.869 de 19 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a metodologia de apuração do indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR) e sobre a divulgação de informações relativas ao NSFR e altera a Circular nº 3.749, de 5 de março de 2015. Diário Oficial da União. Brasília, 21 dez. 2017. Seção 1, p. 151-156.

BANCO CENTRAL DO BRASIL [BACEN]. 2017. Relatório de Estabilidade Financeira, v. 16, n. 1. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ref/201704/RELESTAB201704-refPub.pdf>. Acesso em: 01 maio 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL [BACEN]. 2019. Circular BACEN 3.930 de 14 de fevereiro de 2019. Dispõe sobre a divulgação do Relatório de Pilar 3. Diário Oficial da União. Brasília, 18 fev. 2019. Seção 1, p. 12-15.

BANCO CENTRAL DO BRASIL [BACEN]. 2022. Dados Selecionados das Instituições Financeiras. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref>. Acesso em: 22 mar. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL [BACEN]. 2022. Relatório de Estabilidade Financeira, v. 20, n. 2. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref/202110>. Acesso em: 22 mar. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL [BACEN]. 2022. Relatório de Inflação, v. 24, n. 2. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ri>. Acesso em: 24 jun. 2022.

BANCO ITAÚ S/A [ITAÚ]. 2022. Gerenciamento de Riscos e Capital 31/12/2021. Disponível em: <https://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

BANCO SANTANDER S/A [SANTANDER]. 2022. Gerenciamento de Risco. Disponível em: <https://www.santander.com.br/ri/home>. Acesso em: 23 jun. 2022.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL [CAIXA]. 2022. Gerenciamento de Riscos. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/relacoes-com-investidores/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

CARVALHO, A. P. A. F. 2020. Dos Bancos Tradicionais aos Digitais: Quais os Riscos Corporativos os Bancos Brasileiros Enfrentam ao Investirem em Fintechs? Revista Caderno Virtual do Instituto de Desenvolvimento, Pesquisa e Ensino, Brasília, DF, Brasil.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION [COSO]. 2007. COSO-ERM Gerenciamento de Riscos Corporativos: Estrutura Integrada. Disponível em: <https://www.coso.org/Documents/COSO-ERM-Executive-Summary-Portuguese.pdf>. Acesso em 23 mar. 2021.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL [CMN]. 2015. Resolução CMN 4.401 de 27 de fevereiro de 2015. Dispõe sobre os limites mínimos do indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR) e as condições para sua

observância. Diário Oficial da União. Brasília, 03 mar. 2015. Seção 1, p. 28/29.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL [CMN]. 2017. Resolução CMN 4.553 de 30 de janeiro de 2017. Dispõe sobre o estabelecimento da segmentação das instituições financeiras. Diário Oficial da União. Brasília, 31 jan. 2017. Seção 1, p. 25.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL [CMN]. 2017. Resolução CMN 4.557 de 23 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital. Diário Oficial da União. Brasília, 01 mar. 2017. Seção 1, p. 41.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL [CMN]. 2017. Resolução CMN 4.616 de 30 de novembro de 2017. Dispõe sobre o limite mínimo do indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR) e as condições para seu cumprimento. Diário Oficial da União. Brasília, 04 dez. 2017. Seção 1, p. 25.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL [CMN]. 2021. Resolução CMN 4.966 de 25 de novembro de 2021. Dispõe sobre conceitos e critérios contábeis aplicados a instrumentos financeiros a serem observados pelas instituições financeiras. Diário Oficial da União. Brasília, 29 nov. 2021. Seção 1, p. 393-400.

CROUHY, M.; Galai, D.; Mark, R. 2001. Gerenciamento de Risco, Abordagem Conceitual e Prática. 1ed. QualityMark Editora Ltda., Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

DERMINE, J. 2009. Avaliação de Bancos e Gestão Baseada no Valor. Tradução de: Vários Tradutores. 1ed. Editora Atlas S.A, São Paulo, SP, Brasil.

ECONOMÁTICA BRASIL [ECONOMÁTICA®]. 2022. Estudos. Disponível em: <<https://insight.economatica.com/>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ELEVEN FINANCIAL RESEARCH [RISKBANK]. 2021. Análise Setorial. Disponível em: <https://www.riskbank.com.br/index.php/produtoServico/analise_setorial>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FRAPORTI, S. 2018. Gerenciamento de Riscos. 1ed. Sagah Educação S.A, Porto Alegre, RS, Brasil.

GIAMBIAGI, F. 2017. Derivativos e Risco de Mercado. 3ed. Grupo Editorial Nacional, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2022. Painel de Indicadores. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/indicadores>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

INTERNATIONAL MONETARY FUND [FMI]. 2020. World Economic Outlook. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/04/14/weo-april-2020>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

INTERNATIONAL MONETARY FUND [FMI]. 2021. Fiscal Monitor ABR 2021. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2021/03/29/fiscal-monitor-april-2021>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

LAKATOS, E.M.; Marconi, M.A. 2017. Metodologia Científica. 7ed. Editora Atlas S.A. São Paulo, SP, Brasil.

LEMGRUBER, E.F.; Silva, A.L.C.; Leal, R.P.C.; Costa Jr, N.C.A. 2001. Gestão de Riscos e Derivativos: Aplicações no Brasil. 1ed. Editora Atlas S.A. São Paulo, SP, Brasil.

LIMA, F.G. 2018. Análise de Riscos. 2ed. Editora Atlas S.A, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

MACHADO, W.A.M.; Oliveira, E.C.; Leite, L.S. 2021. Gestão de riscos no processo de modelagem do risco de crédito em instituições financeiras. Brazilian Journal of Development, v.7, n.4, p.40174-40193. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/>. Acesso em 08 out. 2022.goo

PADOVEZE, C.L.; Bertolucci, R.G. 2008. Gerenciamento do Risco Corporativo em Controladoria – Enterprise Risk Management (ERM). 1ed. Cengage Learning Edições Ltda., São Paulo, SP, Brasil.

PELEIAS, I.R.; Macedo da Silva, A.J.; Do Couto Guimarães, I.; De Souza Machado, L.; Bosco Segreti, J. 2007. Demonstrações Contábeis de Bancos Brasileiros: Análise da Evidenciação Oferecida à Luz do Gerenciamento de Riscos. Revista Base de Administração e Contabilidade da UNISINOS, 4(1), 22-36. Disponível em: <https://www.redalyc.org/>. Acesso em 06 set. 2022.

PEREIRA, J.M. 2019. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. 4ed. Editora Atlas S.A, São Paulo, SP, Brasil.

RAUPP, F.M.; Beuren, I.M. 2006. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3ed. Editora Atlas. São Paulo, SP, Brasil.

SANTOS, L.N. 2006. Riscos Operacionais: A Importância do Gerenciamento pelas Instituições Financeiras. Regulação Bancária e Dinâmica Financeira. 1ed. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, Brasil.

THE INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS [IAA]. 2019. As Três Linhas de Defesa no Gerenciamento Eficaz de Riscos e Controles. Disponível em: <<https://global.theiia.org/translations/PublicDocuments/3LOD-IIA-Exposure-Document-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

TRAPP, A.C.G. 2004. Estudo da Avaliação e Gerenciamento do Risco Operacional de Instituições Financeiras no Brasil: Análise de Caso de uma Instituição Financeira de Grande Porte. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.



idn

Bo
pro
cit
ref
Nos
são

idp

A ESCOLHA QUE
TRANSFORMA
O SEU CONHECIMENTO